

ISSN 1981-1381

OS GRUPOS DE ESQUERDA: DO CENÁRIO NACIONAL AO REGIONAL (1961-1964)¹

*THE LEFTIST PARTIES: FROM NATIONAL
TO REGIONAL SCENERY (1961-1964)*

Cristiane Medianeira Ávila Dias² e Lenir Cassel Agostini³

RESUMO

Nesta pesquisa, fundamentou-se em fontes bibliográficas e documentais do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul: 1961-1964 (DOPS/RS), presentes no Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar, disponibilizados no sistema de arquivos do Estado, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, e nos jornais Correio do Povo e Folha de São Paulo, de 1961 a 1964, localizados no Museu da Comunicação Hipólito da Costa. Buscou-se averiguar e identificar os grupos de esquerda e suas ideias no contexto nacional, bem como a relação entre esses e os grupos de esquerda sul-rio-grandenses. Nesse cenário, percebeu-se o monitoramento feito pela polícia política estadual nas atividades realizadas pelos grupos de esquerda no Rio Grande do Sul, principalmente às pessoas filiadas ao Partido Comunista, que eram acompanhadas pelo DOPS, desde a década de 40. As diligências políticas intensificaram-se após o golpe civil-militar de 1964 e com a instalação do governo militar no país. Essas medidas indicavam procedimentos, com o objetivo de desestabilizar os grupos de esquerda, por meio da utilização do aparelho do DOPS, para efetuar perseguições, prisões e controlar a atuação de esquerda que entendiam como perigosa a manutenção da ordem.

Palavras-chave: política, relações de poder.

ABSTRACT

This research was based on bibliographical and document sources from the Department of Political and Social Order in Rio Grande do Sul: 1961-

¹ Trabalho Final de Graduação - UNIFRA.

² Acadêmica do Curso de História - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

1964 (DOPS/RS) present in the Collection of the Campaign Against Military Dictatorship, available in the file system of the State at Alfândega Square in Porto Alegre, and at Correio do Povo and Folha de Sao Paulo newspapers, from 1961 to 1964, located in the Hipólito da Costa Communication Museum. It was sought to investigate and identify the leftists and their ideas in the national context, as well as the relationship between these groups and the leftists in Rio Grande do Sul. In this scenario, it was perceived the monitoring by the state political police in the activities carried out by leftist groups in Rio Grande do Sul, especially with people affiliated to the Communist Party, who were monitored by DOPS, since the 1940s. Political searches intensified after the civil-military state coup of 1964 and the installation of a military rule in the country. These measures indicated procedures with the aim of destabilizing the leftist groups, through the usage of DOPS, to bring prosecution, arrest and control the action of the left that was considered dangerous to the maintenance of order.

Keywords: *politics, power relation.*

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa, pretendeu-se averiguar e identificar os grupos de esquerda no contexto nacional e sul-rio-grandense de 1961 a 1964. Também, buscou-se demonstrar a associação de propostas políticas entre esses grupos.

No primeiro momento, procurou-se construir o cenário político brasileiro inter-relacionado com os anseios econômicos e identificaram-se os principais grupos de esquerda que se faziam presentes naquele contexto, bem como as posições políticas por eles adotadas e os projetos políticos que permeavam a sua atuação.

No segundo momento, procurou-se a identificação dos grupos de esquerda sul-rio-grandenses e as relações que esses mantinham com a esquerda nacional, buscando-se uma simetria em suas atuações, relacionando-os àqueles grupos que apoiavam o projeto reformista de João Goulart e àqueles que pretendiam implantar, por meio da luta armada, o socialismo no país.

A pesquisa começa em 1961, pois foi nesse ano que alguns grupos de esquerda, como os movimentos sindicais estudantil, camponeses e os setores subalternos das Forças Armadas alcançaram projeção nacional, crescendo em números de associados e em força política. Era a emergência das forças

populares que pretendiam não só vivenciar, mas também atuar nas decisões políticas brasileiras.

A importância deste trabalho encontra-se na necessidade de se elucidar o momento político brasileiro entre 1961 e 1964, que propiciou o golpe civil-militar. Além disso, ele permite conhecer as propostas defendidas pelos grupos de esquerda. Nesse sentido, colaborou-se para a construção do processo de cidadania, ao sugerir a emergência de grupos que estavam alijados das decisões de poder, mas desenhavam propostas de mudanças políticas e sociais.

A ESQUERDA NO CENÁRIO NACIONAL (1961-1964)

Neste trabalho, para conceituar os grupos de esquerda e direita, no cenário político brasileiro, buscaram-se os conceitos de Bobbio (2003) e Bonavides (1997). Para Bobbio (2003), a esquerda seria formada por pessoas que integravam o Partido de Organização de Massas, e a direita pelo Partido dos Notáveis. Enquanto a esquerda lutava pela implantação de mudanças profundas na sociedade, a direita articulava-se para impedir essas mudanças e manter as estruturas sociais. Esse cenário ocorreu, no Brasil, no período pré-64, quando a esquerda se mobilizava para implantar mudanças na sociedade, como as reformas de base propostas por João Goulart, enquanto a direita lutava para que essas modificações não ocorressem.

Nessa perspectiva, as posições políticas opostas adotadas pela esquerda e pela direita, na leitura de Bonavides (1997), poderiam gerar um conflito entre esses dois grupos. O cenário político brasileiro, pré-64, levou ao golpe civil-militar, que suprimiu a mobilização e a atuação da esquerda.

Nesse universo, para Ferreira (2007), já no final da década de 50, membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) discutiam a necessidade de promoverem, dentro de uma perspectiva nacionalista, mudanças em diversos setores da sociedade brasileira, desenhavam-se as chamadas reformas de base, “que incluíam as reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e a agrária” (p. 140). A reforma política estaria voltada à ampliação do direito de participação no processo eleitoral (voto) aos setores subalternos das forças armadas e aos analfabetos; na reforma econômica, a ênfase seria dada à criação de leis que regulamentassem a remessa de lucros para o exterior e ao monopólio do Estado em setores estratégicos para o país, como o de energia e comunicação.

No universo das esquerdas, percebeu-se que autores como Skidmore(1969) e Villa (2004) abordaram o grupo de uma forma semelhante. Para o primeiro, a esquerda se dividiria em negativa⁴ e positiva, sendo que esta se aproximava do grupo de centro e era liderada por San Tiago Dantas, integrante do PTB mineiro e por Celso Furtado. A esquerda negativa era mais violenta em seus discursos e atitudes, salientando, em diversas ocasiões, sua disposição em ir além das vias legais (processos constitucionais) para instaurar as reformas de base no Brasil.

Já para Villa (2004), além da esquerda negativa e positiva, existia um terceiro grupo, marcado pelo radicalismo político e que o autor denominou de esquerda “insana” (p.158). Esse grupo não apoiava as reformas de base defendidas por João Goulart, pois defendiam a proposta de que mudanças estruturais no país só seriam implantadas a partir de uma luta armada. Assim,

com o PC do B e os setores que defendiam a luta armada nas Ligas Camponesas, a Polop formava uma esquerda insana, distante dos movimentos populares e aliada, mesmo que sem desejar, dos setores golpistas, graças à sistemática propaganda de desqualificação da democracia como instrumento de transformação social (VILLA, 2004, p. 158).

Entretanto, Ridenti (1993) tratou a esquerda brasileira no período pré-64 como um grupo de composição heterogênea cujo principal referencial ainda era o Partido Comunista Brasileiro. Esses grupos de esquerda divergiam em questões ideológicas e táticas, nunca conseguindo a coesão necessária para atuarem de forma decisiva no cenário político nacional. Para o autor, a organização de esquerda que atuava de maneira mais significativa junto às massas populares era a Ação Popular (AP), por seu trabalho de conscientização política e formação de lideranças junto a trabalhadores brasileiros do meio rural e urbano e também pela forma como se integrava ao movimento estudantil, ocupando por três anos consecutivos a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A visão de uma esquerda com diversos posicionamentos políticos, expressa por Ridenti (1993), foi compartilhada por Gorender (1998), que

⁴ Esquerda Negativa era formada pelo Comando Geral de Greve, pelo Pacto Sindical (PUA), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), União Nacional dos Estudantes (UNE), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) (SKIDMORE, 1969, p. 275).

identificou a fundação da Frente de Mobilização Popular⁵, no final de 1963, como uma tentativa de reunir os diferentes grupos de esquerda, para que esses apoiassem as reformas de base que o Presidente João Goulart pretendia implantar no país.

Diferenciam-se os pensamentos de Ferreira (2007) e Gorender (1998), pois enquanto para o primeiro autor a FMP era uma frente que não apostava na democracia para alcançar seus objetivos, para o segundo, a luta pela democracia era um dos principais fatores de mobilização da esquerda reunida na FMP.

Para essa assertiva, Gorender (1998), inserido na linha de defesa do radicalismo político como bandeira da esquerda, pontuou que para a maioria dos grupos a radicalização estava mais presente nos discursos, mas não nas atitudes de seus integrantes, sendo mais “retórica que efetiva” (p. 54), pois, para o autor, os grupos que assumiam posições realmente radicais eram a Polop e o PC do B, que não acreditavam na realização das reformas de base pelas vias legais, pregando, inclusive, a deposição de João Goulart do cargo de Presidente da República. As atitudes da ORM- Polop e do PC do B prejudicavam a esquerda como um todo, pois se refletiam de maneira negativa junto a diversos setores da sociedade brasileira que, por temerem o rumo político que o grupo estava adotando, passaram a apoiar os grupos que formavam a direita no processo que culminou com o golpe de 64.

Por isso, os grupos que se posicionavam de maneira mais radical eram aqueles que defendiam que se instalasse no país, após a revolução, o socialismo definido por Bobbio (2003, p. 1196):

na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sobre o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos.

Dessa forma, os grupos que defendiam a implantação do socialismo no país diferenciavam-se daqueles que apoiavam as reformas de base propostas

⁵ Formada por partidos políticos, sindicatos, entidades intersindicais, entidades setoriais, estudantes, mulheres e profissionais liberais (GORENDER, 1998, p. 54).

pelo governo do Presidente João Goulart, pois essas ocasionariam mudanças na sociedade brasileira, mas não modificariam as estruturas nas quais estavam assentadas como o direito à propriedade privada.

Toledo (2004) também percebeu que a radicalização de todos os grupos, os quais compunham a esquerda, situava-se apenas no âmbito da retórica. Dessa forma, o golpe civil-militar foi desferido para acabar com os movimentos populares, que cresciam e ganhavam força no contexto nacional, pois diversos setores da sociedade brasileira, tanto na cidade quanto no campo, mobilizavam-se para reivindicar mudanças. A politização (p. 68) crescente dessas pessoas podia ser verificada no aumento de filiações aos sindicatos e pelo ingresso dos camponeses e trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas.

Nessa perspectiva, Rollemberg (2003) defendeu uma abordagem semelhante a Ferreira (2007) sobre a radicalização política das esquerdas no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Para justificar essa afirmativa, a autora salienta que algumas organizações de esquerda já tendiam à luta armada antes do golpe de 64, como foi o caso das Ligas Camponesas em 1962, que fundam o braço armado da organização.

Assim, de forma semelhante a Rollemberg (2003), Sales (2007), argumentou que alguns grupos de esquerda já haviam optado pela luta armada no período anterior a 1964, como foi o caso das Ligas Camponesas. O autor também destacou a influência da Revolução Cubana nas posições políticas radicais adotadas por diversos grupos da esquerda brasileira, entre os quais estariam o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a AP e as Ligas Camponesas.

Com isso, revestiu-se de significância a presença de grupos de esquerda na arena política brasileira, pois participavam e interagiam com a proposta política do governo João Goulart. Defendiam o Reformismo apresentado pela administração vigente, bem como existiam aqueles que defendiam propostas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, com a implantação do socialismo.

Ao construir a presença das esquerdas em nível nacional, é pertinente também a identificação de grupos de esquerda no contexto regional (Rio Grande do Sul) e a sua relação ao nacional.

Para tanto, fez-se a leitura de documentos escritos, a fim de verificar a existência de grupos de esquerda, cujos personagens eram investigados e encarcerados pela Delegacia de Ordem Política e Social⁶ (DOPS) no Rio Grande do Sul.

⁶A DOPS foi criada com o objetivo de atuar como uma polícia política encarregada de controlar movimentos que perturbassem a ordem social vigente (FERREIRA, 2007, p. 63).

Nesse contexto, houve a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Grupo dos Onze, do movimento estudantil, do movimento sindical, das Ligas Camponesas e da Ação Popular que eram os grupos de esquerda, conforme fontes primárias pesquisadas, os quais atuaram de forma mais significativa no Rio Grande do Sul.

Para verificação da atuação dos grupos de esquerda no Rio Grande do Sul, observaram-se as especificidades e as singularidades, a fim de traçar um panorama mais claro a respeito dos grupos que formavam a esquerda estadual, por meio da leitura de Silva (1990).

A ESQUERDA NO RIO GRANDE DO SUL/ 1961-1964

As atividades dos atores que faziam parte dos grupos de esquerda no Rio Grande do Sul, principalmente, daqueles filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram acompanhadas desde a década de 40, pela polícia de Ordem Política e Social (DOPS). Na década de 50, além dos filiados ao PCB, o DOPS passou a monitorar também as atividades dos líderes sindicais no Rio Grande do Sul. Percebe-se, assim, o interesse pela atuação dos grupos de esquerda em um período anterior ao golpe civil-militar de 1964.

Na leitura de Ferreira (2007), a aliança nacional entre trabalhistas e comunistas (p. 82) ocorreu em 1952, quando João Goulart, então Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), compôs uma aliança com o PCB, tendo por objetivo conduzir o movimento sindical brasileiro e seu ponto culminante foi a fundação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Conforme o autor, a hegemonia do PTB e do PCB, no movimento sindical, foi interrompida em 64, quando o governo instalado com o golpe civil-militar promoveu a desestruturação dos sindicatos em nível nacional.

Nessa discussão, o sindicalismo inseria-se na abordagem do político, pois, para Rémond (2003), “não há um setor ou atividade que em algum momento da história não tenha tido uma relação com o político” (p. 444). No entanto, a história política só tem significado quando estudada como parte de um todo, pois “a história política exige ser inscrita numa perspectiva global, em que o político é um ponto de condensação” (p. 444).

Integra-se, assim, o Rio Grande do Sul nesse momento político nacional, identificando comunistas e lideranças sindicais por meio de documentos do DOPS, como o inquérito de Alfredo Cassary⁷, que teve suas atividades monitoradas pela

⁷ DOPS/RG-1.2.456.4.2. Alfredo Cassary, 2 de Dezembro de 1964. 7ª região (1952-1980).

polícia política desde 1945, quando constava na lista de integrantes do PCB no Estado. Já na década de 50, o acusado tornou-se Presidente da Associação dos Trabalhadores nos Serviços de Utilidade Pública, quando presidiu manifestações a favor de melhorias salariais para os trabalhadores da cidade. Em 1964, o acusado participou de manifestações de repúdio ao golpe civil-militar, sofreu então a ação repressiva do governo e fugiu da cidade de Rio Grande. Além de Alfredo Cassary, outras pessoas filiadas ao Partido Comunista tiveram suas atividades investigadas pela polícia do DOPS desde a década de 40, entre as quais estavam Felipe Antônio Tarta⁸, presidente da União Operária e o Capitão Athayde Rodrigues⁹.

A Delegacia de Ordem Política e Social começou a ser estruturada em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas. Na leitura de Cancelli (1993), o DOPS tinha como função monitorar e reprimir qualquer atividade que perturbasse a ordem política. Dessa forma,

com a Lei número 38, de 4 de abril de 1935, foram definidos os crimes contra a ordem política e social que pretendia um controle rigoroso daqueles que incitassem o ódio entre as classes, cancelava naturalizações dos que exercessem atividades nocivas ao interesse nacional e uma série de medidas punitivas a atitude de caráter subversivo (p. 100).

Segundo a autora, a polícia política acompanhava as atividades realizadas por “menores, mendigos e empregados domésticos” (CANCELLI, 1993, p. 60). Além disso, por meio dos relatórios do DOPS sul-rio-grandense, também eram monitoradas pela polícia as atividades dos integrantes do Partido Comunista no Estado, consideradas subversivas pelo governo.

A repressão dessas atividades, para Paes (1993), intensificou-se na década de 50, influenciada pelo contexto político mundial. Assim, setores da sociedade brasileira uniram-se às parcelas das “Forças Armadas ligadas à escola superior de guerra” (p. 33), para criar a Doutrina de Segurança Nacional.

Essa doutrina é na verdade uma doutrina que partindo da bipolaridade mundial veiculada pela guerra fria e da concepção de nação como um todo homogêneo - o que significa negar a existência de classes com interesses opostos ou divergentes

⁸ DOPS/RG-1.2.489.4.1. Felipe Antônio Tarta., 18 de Junho de 1964. 7ª região (1952-1980).

⁹ DOPS/RG-1.2.478.4.2. Athayde Rodrigues. 10 de Agosto de 1964. 7ª região (1952-1980).

- entendia toda a oposição como subversão e enxergava as greves, conflitos sociais e as mobilizações de massas, como estratégias do “comunismo internacional” para conquistar as mentes e levar as populações do Terceiro Mundo a se oporem aos objetivos nacionais. (PAES, 1993, p. 33).

Desse modo, a doutrina de segurança, no Brasil, intensificou o controle da polícia política sobre os grupos de esquerda brasileiros, a qual passou a acompanhar os congressos, greves, passeatas e protestos organizados por estudantes, camponeses, associações de trabalhadores urbanos, sindicatos e partidos políticos de esquerda.

Tanto no contexto brasileiro como no sul-rio-grandense, entre os principais objetivos dos sindicatos, estava o de apoiar as reformas de base do governo João Goulart. Essa afirmação respalda-se no processo de Helgo Arthur Mayer¹⁰, chefe de setor na Petrobras e vice-presidente da Associação dos Trabalhadores na Indústria de Refinação e Destilação de Petróleo. Segundo o inquérito, Helgo Mayer teria participado da organização de um evento no dia 16 de março de 1964, que tinha por objetivo reunir os filiados ao sindicato, do qual ele era vice-presidente, para comemorar a encampação da Refinaria Ipiranga, anunciada pelo Presidente da República, João Goulart, no comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março do mesmo ano. A encampação da refinaria fazia parte das reformas de base, a qual, para Ferreira (2007), incluía, entre as mudanças da proposta reformista, a estatização de empresas que realizavam serviços essenciais ao país, entre os quais estava a destilação e o refino de petróleo.

Assim, no cenário sul-rio-grandense, a atuação de integrantes do PCB e do PTB, no movimento sindical, era um reflexo da aliança realizada em 1952 entre comunistas e trabalhistas em nível nacional, comprovando as relações de poder desenvolvidas pelos grupos de esquerda no contexto regional e nacional.

Também, nos inquéritos do DOPS, observou-se que todas as pessoas que integravam o Grupo dos Onze, investigadas pelo DOPS, tinham alguma ligação com o PTB. Assim, aqueles que não eram representantes do partido, eram filiados, ou pelo menos seus simpatizantes. Como exemplo, cita-se o inquérito de Arquimino Assmann¹¹, presidente do PTB, na localidade de Gaurama, que aparece nas investigações policiais como o responsável por arregimentar pessoas para comporem o Grupo dos Onze naquela região.

Contudo, na maioria dos processos, os interrogados desmentem a versão de que estariam formando o Grupo dos Onze para fins revolucionários, ou que estavam se preparando para uma luta armada. Esse era o caso das pessoas

¹⁰ DOPS/RG-1.2.463.4.2. Movimentos Sindicais, 30 de Abril de 1964. 7ª região (1952-1980).

¹¹ DOPS/E-1.2.106.4.1. Grupo dos Onze-Gaurama, 18 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

investigadas na localidade de Gaurama, que declararam ter assinado as listas de adesão ao Grupo dos Onze para apoiar as reformas de base¹², sobretudo, a reforma agrária, pois após a implantação dessas mudanças, as pessoas receberiam um lote de terras, máquinas e sementes para trabalharem, além de livros. Essa assertiva também pode ser constatada no inquérito que envolve os integrantes do Grupo dos Onze na localidade de Herval Grande¹³ e no arquivo do DOPS de Erechim, onde se encontram participantes do Grupo dos Onze¹⁴ nas localidades de Machadinho, Planalto, Paim Filho, São Valentim, Mariano Moro, Nonoai, Severiano de Almeida, Barracão, Max de Almeida e Gaurama.

Nota-se, a partir desses processos, que a formação do Grupo dos Onze, nessas regiões, estava ligada principalmente à questão agrária, pois em quase todos os inquéritos a aquisição de terras era o principal motivo que levava as pessoas, no Rio Grande do Sul, a integrarem esse grupo de esquerda. Assim, para o Grupo dos Onze, a prioridade era apoiar a reforma agrária, pois as mudanças no campo poderiam ocasionar melhorias em suas vidas. As colocações desses inquéritos sugerem a ligação existente entre os integrantes do Grupo dos Onze, Leonel Brizola e o projeto de reforma agrária do governo João Goulart.

A radicalização do Grupo dos Onze não se confirma a partir do estudo dos processos do DOPS¹⁵, pois, nos documentos pesquisados, aparece um pequeno número de armas apreendidas que, geralmente, estavam registradas no nome da pessoa investigada pela polícia. Assim, verificou-se que o grupo não possuía uma forte estrutura para conflitos armados, sendo organizado para discussões políticas em apoio ao projeto reformista.

Também o movimento de esquerda, no meio rural, foi mencionado no depoimento de Pedro Corrêa de Azevedo¹⁶, acusado de comungar as mesmas ideias do advogado Carlos de Lima Aveline, que estaria fazendo uma tentativa de arregimentar pessoas para comporem as Ligas Camponesas, na região da cidade de Rio Grande.

Outro grupo de esquerda que ganhou destaque nos inquéritos do DOPS, no Rio Grande do Sul, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em alguns processos, não fica devidamente claro se a pessoa investigada pela polícia realmente tinha

¹² DOPS/E-1.2.106.4.1. Grupo dos Onze-Gaurama, 10 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

¹³ DOPS/E-1.2.92.3.1. Grupo dos Onze-Herval, Grande, 29 de Abril de 1964. 11ª região (1964-1984).

¹⁴ DOPS/E-1.2.92.3.1. Grupo dos Onze em Erechim, Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

¹⁵ DOPS/E-1.2.103.4.1- Grupo dos Onze, Severiano de Almeida, 13 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

¹⁶ DOPS/RG-1.2.470.4.2. Pedro Corrêa de Azevedo, 26 de Dezembro de 1965. 7ª região (1952-1980).

ou não ligações com o PCB, pois qualquer um que se posicionasse de maneira contrária às novas leis impostas pelo governo civil-militar, realizando alguma atividade considerada “subversiva”, recebia a denominação de “comunista”. Era a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em ação.

Nesse sentido, o inquérito de Paulo Kameneff¹⁷, descendente de russos e morador da cidade de Erechim, denunciado por um vizinho à polícia do DOPS como comunista, por possuir em sua residência livros como o Manifesto Comunista, de Marx e Engels, Rua na Paz e na Guerra, de Anna Louise Strong e alguns exemplares de gramática russa. Além disso, o acusado sabia falar os idiomas polonês, russo e ucraniano e tinha familiares que moravam na Rússia, recebendo regularmente correspondência enviada desse país. Entretanto, no decorrer do processo, não foi citado que Paulo Kameneff fosse filiado ao Partido Comunista Brasileiro, ou que praticasse a doutrina marxista.

O conflito central entre a esquerda e a direita relacionava-se ao projeto reformista. Para a esquerda, as reformas de base trariam mudanças que promoveriam o desenvolvimento do país e a diminuição das desigualdades sociais, por meio da distribuição da renda adquirida com a reforma agrária e com outras diretrizes presentes no projeto reformista. No entanto, para a direita, as reformas de base seriam os primeiros passos para a instalação do socialismo no país, desestruturando as bases políticas, econômicas e sociais em que o grupo assentava-se para manter os seus privilégios.

Em apoio às reformas de base, mobilizavam-se ainda estudantes em nível regional e nacional, organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa situação, os estudantes universitários sul-rio-grandenses reuniam-se em Porto Alegre, no Conselho Estadual dos Estudantes, para decidirem se iriam aderir ou não à ordem da UNE de suspender a greve que estava sendo realizada por estudantes universitários em todo o país¹⁸.

Para Mendonça (2006, p. 19), o movimento estudantil era no período, “bastante atuante e altamente politizado”, priorizava a reforma educacional entre as reformas de base, pois as mudanças nesse setor, para esse grupo de esquerda, trariam melhorias ao ensino brasileiro.

Verificou-se, no cenário sul-rio-grandense, a presença do movimento estudantil no inquérito de Antônio da Costa Coelho¹⁹, presidente da União Rio-Grandense dos Estudantes Secundários (URES), acusado de utilizar a sede da entidade para organizar movimentos subversivos.

¹⁷ DOPS/E-1.2. 105.4.1. Paulo Kameneff, 19 de Junho de 1964. 11ª região (1964-1984).

¹⁸ Correio do Povo, Porto Alegre, [p. 13] e 10 de Ago. 1962.

¹⁹ DOPS/RG-1.2.469.4.2. Antônio da Costa Coelho, 06 de Julho de 1964. 7ª região (1952-1980).

O movimento estudantil, na época, relacionava-se aos setores subalternos das Forças Armadas, como na ocasião em que estudantes universitários sul-riograndenses receberam em Porto Alegre, para tratar da elegibilidade dos sargentos, o representante dessa classe, Antônio Garcia Filho²⁰, depois eleito deputado federal pela Guanabara.

O movimento estudantil também desenvolvia em conjunto com a Ação Popular (AP), o Programa de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (MEC)²¹. Em relação a essa discussão, a AP, para Gorender (1998), teria sido fundada em 1962, por estudantes ligados à Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), que se desvincularam da Igreja Católica, a qual não aceitava a crescente “politização esquerdista” (p. 41) de seus membros. O autor ainda enfatiza que a AP era um dos poucos grupos de esquerda que atuava na realidade política, desenvolvendo um trabalho de alfabetização e de conscientização política junto às massas de trabalhadores rurais e urbanos.

Assim, a atuação da AP, no Rio Grande do Sul, foi investigada a pedido do Comandante do III Exército, que pretendia compreender as atividades do movimento político-estudantil, Ação Popular, conhecido no Estado por “Grupão”. Nesse contexto, foram citados como integrantes da AP, o professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Ernani Maria Fiori e vários estudantes universitários, além dos padres, Leônidas Pacheco e Reis, Hugo Hassmann e Padre Valente. Além disso, o comandante do III Exército salientou a necessidade de se investigarem também os objetivos do grupo em nível federal²².

Demonstra-se a relação existente entre o movimento estudantil e a esquerda na denúncia de doação de 300 passagens, do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a estudantes do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Maranhão, Sergipe, Piauí, Mato Grosso e Paraíba, para que eles participassem de um Congresso que se realizaria na cidade de Quitandinha, no Estado do Rio de Janeiro²³.

Nessa discussão, em matéria assinada por Júlio Mesquita, proprietário do jornal Folha de São Paulo, Leonel Brizola é chamado de “Führer de Bombachas”, por defender “os extremismos e os esquerdismos”, contrapondo-se ao que defende o jornal, que seria o “capitalismo, a liberdade e a democracia”.²⁴

²⁰ Correio do Povo, Porto Alegre, [p. 14] e 17 de Jan. 1963.

²¹ Correio do Povo, Porto Alegre, [p. 09] e 8 de Dez. 1963.

²² Correio do Povo, Porto Alegre, [p. 10] e 8 de Jan. 1965.

²³ Correio do Povo, Porto Alegre, [p. 10] e 23 de Ago. 1962.

²⁴ Folha de São Paulo, São Paulo, [p. 22] e Mar. 1964.

Essa reportagem remete ao que Rémond (2003) definiu como variações da abordagem política, pois segmentos que não eram políticos podiam tornar-se, conforme a sua utilização, pois “com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (p. 441).

Pode-se verificar esse processo de encaminhamento de documentos do DOPS, no inquérito envolvendo o Grupo dos Onze²⁵, na cidade de Baliza. Nesse caso, os documentos produzidos na cidade foram enviados à Delegacia Regional de Erechim, na qual o delegado titular, Carlos Reverbel, fez um relatório em que constavam dados como o nome, idade, profissão e endereço dos integrantes do grupo na cidade. Após anexar esses documentos ao inquérito, esses eram enviados para Porto Alegre, aos cuidados de um oficial do Exército. Outro inquérito que apresenta a mesma sequência, na organização e remessa dos documentos do DOPS, é o de João Antônio Dias²⁶.

Nos inquéritos produzidos, na delegacia regional de Rio Grande, não existiam ofícios assinados pelo delegado regional, como os da delegacia de Erechim. Entretanto, vários documentos apresentam um carimbo do Exército, sugerindo que seguiam o mesmo caminho dos inquéritos produzidos em Erechim. Esses carimbos estão presentes nos inquéritos de Athaydes Rodrigues²⁷ e de Alfredo Cassary²⁸, que foram investigados pela polícia política de 1945 a 1964, sendo preso em dezembro desse mesmo ano e encaminhado ao QG do III Exército, em Porto Alegre.

Constata-se, assim, que existia um aparato policial organizado no Estado, que tinha por objetivo coibir as atividades realizadas por pessoas consideradas subversivas, dentro da Doutrina de Segurança Nacional, implantada no país após o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, percebe-se que, em muitos inquéritos do DOPS, as investigações a respeito das atividades realizadas por integrantes dos grupos de esquerda no Rio Grande do Sul tiveram início na década de 40, ou seja, o interesse pelos integrantes dos grupos de esquerda, principalmente, as pessoas filiadas ao Partido Comunista era também dos governos que antecederam aos militares.

²⁵ DOPS/E-1.2.102.4.1. Grupo dos Onze, Baliza, Maio de 1964. 11ª região (1964-1984)

²⁶ DOPS/E-1.2.101.4.1. João Antônio Dias, 16 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

²⁷ DOPS/RG-1.2.478.4.2. Athayde Rodrigues, 10 de Agosto de 1964. 7ª região (1952-1980).

²⁸ DOPS/RG-1.2.456.4.2. Alfredo Cassary, 02 de Dezembro de 1964. 7ª região (1952-1980).

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, verificou-se que a esquerda brasileira, no período pré-64, era composta por grupos políticos que se diferenciavam, conforme suas propostas políticas. Assim, existiam os moderados que apoiavam as reformas de base do governo João Goulart e os radicais que defendiam, se necessário, a luta armada para a implantação de transformações no país. Entre as reformas de base pretendidas por João Goulart, a esquerda defendia a reforma agrária, por meio da distribuição de terras, de melhorias para a economia nacional e, conseqüentemente, queria chegar à justiça social. Já a direita entendia essas mudanças como o primeiro passo para a instalação de um regime socialista no país, que tinha, entre seus pressupostos, a abolição da propriedade privada.

Nesse sentido, no decorrer da década de 60, alguns grupos de esquerda radicalizaram suas posições políticas. Isso ocorreu, por exemplo, com as Ligas Camponesas, que passaram a defender, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais Brasileiros, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1961, uma reforma agrária permeada pelo radicalismo, com invasão de propriedades em todo o país, que deveriam ser desapropriada para os trabalhadores rurais. Entretanto, o radicalismo político não era adotado como bandeira de todos os grupos de esquerda presentes no cenário brasileiro pré-64, pois grupos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP) não voltavam suas atividades à promoção de uma revolução armada.

As diretrizes adotadas pelo PCB, durante o período (1961-1964), mantiveram-se alinhadas ao projeto reformista de João Goulart. Assim, as atividades de greves e protestos eram realizadas pelo PCB junto aos operários, em conjunto com o movimento sindical, reivindicando, entre outras coisas, melhorias salariais.

Já a Ação Popular voltava a sua atuação para os trabalhadores urbanos e rurais, desenvolvendo de maneira paralela ao projeto de alfabetização do Ministério da Educação uma conscientização política. Esse trabalho de conscientização política junto à população poderia ocasionar uma mudança nas forças que compunham o cenário político brasileiro, pois trariam para o processo pessoas anteriormente excluídas dele, como os analfabetos. Dessa forma, a AP era o grupo de esquerda que desenvolvia o trabalho de maior relevância junto à população, pois além de alfabetizar as pessoas, procurava formar líderes dentro da comunidade da qual faziam parte.

Quanto ao cenário político sul-rio-grandense, com relação aos grupos de esquerda (1961-1964), percebeu-se que houve uma simetria, na defesa de pressupostos que deveriam encontrar praticidade na busca distributiva com grupos

de esquerda nacional. Assim, a formação do Grupo dos Onze, no Rio Grande do Sul, apresentava como fator de aglomeração a questão agrária, pois, por meio dos inquéritos do DOPS, verificou-se que as pessoas que integraram o Grupo no Estado acreditavam que receberiam terras após a implantação da reforma agrária. Receberiam um lote de terras para plantar, além de incentivos fiscais, tecnológicos e científicos do governo federal e poderiam, dessa forma, retirar da terra o seu sustento e o da sua família. Notou-se tanto nacional como regionalmente o interesse pela reforma agrária, ou seja, pela desapropriação de terras.

Quanto à atuação do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul, percebeu-se que, a partir da cassação do registro desse partido, ocorrida em 1946, os seus integrantes passam a atuar junto ao movimento sindical, firmando a aliança entre o PCB, os sindicatos e parte do PTB, em nível nacional, no ano de 1952. Assim, pertenciam aos membros do PCB os cargos de administração dentro dos sindicatos sul-rio-grandenses, bem como a condução de movimentos grevistas realizados no Estado, como o dos trabalhadores do porto de Rio Grande. Dessa forma, existia uma simetria entre as diretrizes adotadas pelo movimento sindical e o PCB em nível nacional e regional, o que os levava a apoiarem o projeto reformista de João Goulart.

Outro fator de destaque foi a presença, no espaço sul-rio-grandense, do movimento estudantil considerado de esquerda, representado pela URES que se associava à UNE para reivindicar qualidade no ensino estadual e nacional, apoiando as reformas de base do governo João Goulart.

Identificou-se ainda, no DOPS, um acompanhamento das atividades dos integrantes dos grupos da esquerda sul-rio-grandense na década de 40. No Estado, esse monitoramento persistiu na atuação do DOPS, com objetivo principal de resguardar as atividades que atentassem contra a ordem política e social. Dessa forma, o governo militar utilizou o aparelho já montado do DOPS e a documentação nele produzida para perseguir, prender e, principalmente, coibir a ação das pessoas que faziam parte dos grupos de esquerda no Estado, após o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UNB, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**. A polícia da era Vargas. Brasília: Edunb, 1993.

- FERREIRA, Jorge. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente**: 1964-1992. São Paulo, Ática, 2006.
- PAES, Maria Helena de Simões. **A década de 60**: rebeldia, contestação e repressão política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- REMÓND, René (Org.). Do Político. In: **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 442-453.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: **O Brasil republicano-o tempo da ditadura** - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-92.
- SALES, Jean. Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 43-49.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004. p. 67-77.
- VILLA, Marco Antônio. **Jango (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- Jornal Correio do Povo**-Museu de Comunicação Hipólito da Costa. Porto Alegre: 1961-1964.
- Correio do Povo, Porto Alegre, [p.13] e 10 de Ago. 1962.
- Correio do Povo, Porto Alegre, [p.14] e 17 de Jan. 1963.
- Correio do Povo, Porto Alegre, [p.09] e 8 de Dez. 1963.
- Correio do Povo, Porto Alegre, [p.10] e 8 de Jan. 1965.
- Correio do Povo, Porto Alegre, [p.10] e 23 de Ago. 1962.

Jornal Folha de São Paulo - Museu de Comunicação Hipólito da Costa. Porto Alegre: 1961-1964.

Folha de São Paulo, São Paulo, [p.22] e Mar. 1964.

Processos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Antigo Prédio dos Correios. Praça da Alfândega. Porto Alegre: 1961-1964.

DOPS/RG-Delegacia de Ordem Política e Social de Rio Grande-1952/1980: 7ª região.

DOPS/RG-1.2.456.4.2. Alfredo Cassary, 2 de Dezembro de 1964. 7ª região (1952-1980).

DOPS/RG-1.2.463.4.2. Movimentos Sindicais, 30 de Abril de 1964. 7ª região (1952-1980).

DOPS/RG-1.2.469.4.2. Antônio da Costa Coelho, 06 de Julho de 1964. 7ª região (1952-1980).

DOPS/RG-1.2.470.4.2. Pedro Corrêa de Azevedo, 26 de Dezembro de 1965. 7ª região (1952-1980).

DOPS/RG-1.2.478.4.2. Athayde Rodrigues. 10 de Agosto de 1964. 7ª região (1952-1980).

DOPS/RG-1.2.489.4.1. Felipe Antônio Tarta, 18 de Junho de 1964. 7ª região (1952-1980).

DOPS/E: Delegacia de Ordem Política e Social de Erechim-1964/1984: 11ª região

DOPS/E-1.2.92.3.1. Grupo dos Onze - Herval Grande, 29 de Abril de 1964. 11ª região (1964-1984).

DOPS/E-1.2.101.4.1. João Antônio Dias, 16 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

DOPS/E-1.2.102.4.1. Grupo dos Onze - Baliza, Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

DOPS/E-1.2.103.4.1. Grupo dos Onze - Severiano de Almeida, 13 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

DOPS/E-1.2. 105.4.1. Paulo Kameneff, 19 de Junho de 1964. 11ª região (1964-1984).

DOPS/E-1.2.106.4.1. Grupo dos Onze - Gaurama, 18 de Maio de 1964. 11ª região (1964-1984).

